

Painel 8: Uriah Phillips Levy — Igualdade sob o uniforme

"Com dignidade no serviço"

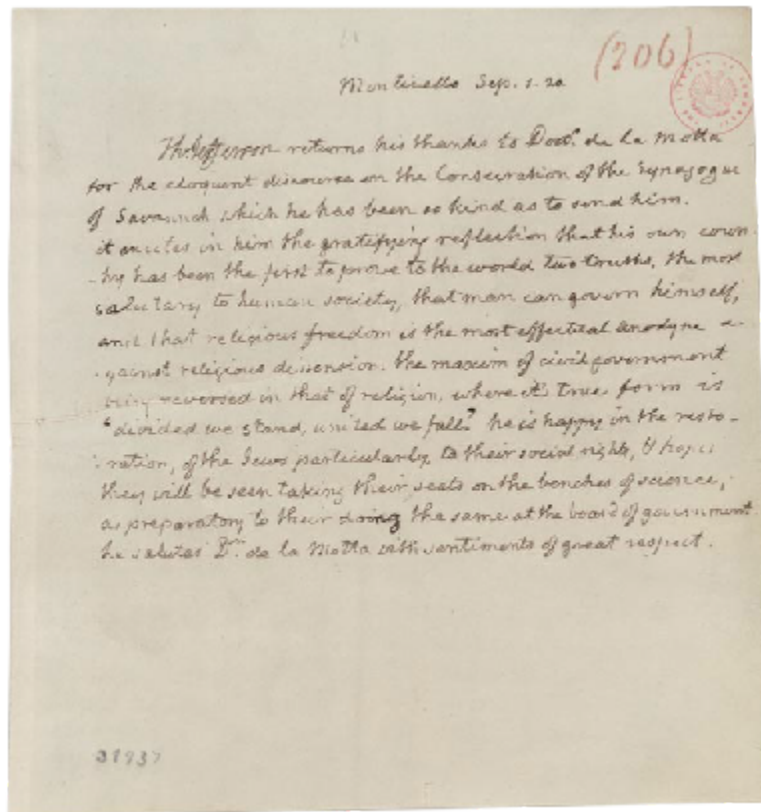
A vida de Uriah Phillips Levy ilumina a distância entre os ideais inscritos nos documentos fundacionais americanos e as realidades sociais que as minorias religiosas encontravam no seio das instituições americanas. Nascido em Filadélfia numa família judaica sefardita com ligações à geração revolucionária, Levy cresceu numa república que tinha declarado a liberdade de consciência entre os seus princípios mais elevados. Contudo, a sua carreira na Marinha dos Estados Unidos demonstrou que esses princípios exigiam uma defesa ativa e sustentada. Levy serviu um país que prometia liberdade religiosa enquanto enfrentava repetido antissemitismo dentro da instituição que servia. A sua persistência e a sua eventual ascensão ao posto de comodoro tornaram-no uma das figuras judaicas mais importantes da história militar americana do século XIX.

Levy fez-se ao mar em tenra idade e dedicou a sua vida adulta ao serviço naval. A sua ambição refletia as possibilidades que a nova república criara: ao contrário de muitas sociedades europeias, os Estados Unidos não impunham qualquer barreira legal formal que exigisse a conversão religiosa para a participação na vida pública ou militar. O serviço militar poderia, portanto, servir como um caminho para a cidadania, a honra e a pertença nacional. Para Levy, o uniforme naval não era apenas uma profissão, mas uma declaração, uma insistência de que um judeu poderia servir a república plenamente, visivelmente e sem pedir desculpas. Esse serviço foi persistentemente desafiado. Levy enfrentou hostilidade antisemita por parte de camaradas oficiais ao longo da sua carreira, e o seu registo incluiu múltiplos tribunais marciais moldados por uma combinação de rivalidades pessoais, política naval e preconceito. Levy foi por vezes caracterizado como combativo ou difícil, mas estas caracterizações não podem ser separadas da discriminação que sofreu como oficial judeu numa instituição pouco habituada à presença judaica. A sua carreira demonstra uma verdade central da história judaica americana deste período: a igualdade formal, uma vez estabelecida na lei, não produzia automaticamente a aceitação social. A liberdade religiosa existia como um princípio constitucional, mas tinha de ser reivindicada, uma e outra vez, dentro de instituições e ambientes sociais específicos.

Apesar dos seus conflitos contínuos, Levy subiu até se tornar o primeiro comodoro judeu na Marinha dos Estados Unidos, uma conquista historicamente significativa que demonstrava a possibilidade de uma elevada honra pública para os judeus americanos, mesmo dentro de uma instituição moldada pelo preconceito. A sua contribuição institucional mais duradoura foi a sua campanha contra a prática de açoitar os marinheiros, uma forma brutal de punição disciplinar então padrão na Marinha. Levy acreditava que uma disciplina eficaz não exigia crueldade e que os marinheiros possuíam uma dignidade humana que as práticas de punição deveriam respeitar. A sua defesa contribuiu para a abolição final do açoitamento e colocou-o dentro do movimento mais amplo do século XIX em direção à reforma jurídica e institucional humanitária.

A admiração de Levy por Thomas Jefferson moldou tanto a sua autocompreensão quanto o seu ato público mais visível. A visão de Jefferson de uma república na qual o erro religioso pudesse ser tolerado onde a razão permanecesse livre apelava profundamente a Levy como um judeu americano que tinha experimentado os custos da intolerância em primeira mão. Em 1834, Levy comprou Monticello depois de a propriedade de Jefferson ter caído num estado de degradação significativo, e a família Levy assumiu a sua preservação e restauração. A escolha foi significativa: Levy estava a preservar a casa do homem cujas ideias sobre a liberdade religiosa ele mais admirava. No entanto, esta ligação também acarreta uma complexidade inerente. Jefferson articulou parte da linguagem de liberdade mais poderosa da tradição americana enquanto, simultaneamente, escravizava centenas de pessoas na própria Monticello. Levy preservou uma casa que era ao mesmo tempo um monumento aos ideais do Iluminismo e uma plantação construída e sustentada pelo trabalho escravo. Esta contradição não diminui o compromisso genuíno de Levy com a liberdade religiosa e a dignidade humana, mas reflete as tensões mais amplas do período anterior à Guerra Civil, no qual a linguagem da liberdade e a realidade da escravatura coexistiam numa proximidade profundamente desconfortável. Um relato completo de Levy e Monticello deve manter ambas as dimensões unidas. A frase em espanhol **Igualdad ante la ley y el honor** e a frase em ladino **Kon dignidad en servicio** capturam juntas o seu legado: a igualdade não era recebida passivamente, mas ativamente exigida, e a dignidade no serviço era tanto um compromisso pessoal quanto uma reivindicação mais ampla sobre as promessas fundacionais da república.

Thomas Jefferson a Jacob de la Motta sobre a liberdade religiosa e os direitos dos judeus



Monticello, 1 de setembro de 1820

Th: Jefferson apresenta os seus agradecimentos ao Dr. de la Motta pelo eloquente discurso sobre a consagração da Sinagoga de Savannah, que ele teve a gentileza de lhe enviar. Esse discurso desperta nele a gratificante reflexão de que o seu próprio país foi o primeiro a provar ao mundo duas verdades, as mais salutares para a sociedade humana: que o homem pode governar-se a si próprio e que a liberdade religiosa é o remédio mais eficaz contra a dissensão religiosa. A máxima do governo civil encontra-se invertida na religião, onde a sua verdadeira forma é: "divididos permanecemos de pé, unidos caímos." Alegra-se particularmente com a restituição dos direitos sociais aos judeus e espera vê-los ocupar os seus lugares nos bancos da ciência, como preparação para que façam o mesmo à mesa do governo. Saúda o Dr. de la Motta com sentimentos de grande respeito.

Cidadania sem conformidade religiosa

A carta de Thomas Jefferson de 1820 ao Dr. Jacob de la Motta reflete um momento notável da história inicial americana, quando a nova república começava a definir a liberdade religiosa como um direito cívico, em vez de um privilégio concedido pelos governantes. Escrevendo

após a consagração da sinagoga de Savannah, Jefferson elogiou os Estados Unidos por terem provado “que o homem pode governar-se a si próprio” e defendeu que a liberdade religiosa constituía a melhor proteção contra o conflito religioso. De forma ainda mais marcante, expressou a sua satisfação com a “restituição dos judeus... aos seus direitos sociais” e esperou que os judeus ocupassem os seus lugares “nos bancos da ciência” e, eventualmente, “à mesa do governo.” Para os judeus sefarditas, cuja história tinha sido durante muito tempo marcada pelo exílio, pela perseguição e pela exclusão legal na Europa, as palavras de Jefferson representavam uma mudança profunda. Nos Estados Unidos, os judeus podiam começar a imaginar-se não apenas como minorias toleradas, mas como participantes plenos na vida pública. A carta capta um tema central da experiência americana: a cidadania deve assentar na igualdade perante a lei e não na conformidade religiosa. Relaciona-se também diretamente com a história sefardita mais ampla na América, desde o exílio e o deslocamento até à participação cívica, à realização intelectual e à pertença constitucional.